

É compreensível que se tenha criado no mercado brasileiro um ambiente de ansiedade em face da crise do México e suas repercussões nos países chamados emergentes, ao lado das incertezas quanto à evolução de todo o sistema monetário internacional. Mas isso não justifica, de modo algum, tendo em vista os dados reais sobre o comportamento da economia nacional, que os responsáveis pela condução das políticas cambial e monetária sejam submetidos a um permanente suplício por suas palavras e atos, pronta e maliciosamente utilizados para fomentar a especulação. Ainda nesta segunda-feira tivemos um exemplo disso quando o mercado teve mais um dia tumultuado em razão de declarações mal interpretadas do ministro Pedro Malan ao falar a empresários alemães em Frankfurt.

Essas circunstâncias tornam extremamente oportuna a exposição que fez ontem perante a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal o presidente do Banco Central (BC), Pêrsio Arida. A importância de seu depoimento não está na discussão, hoje ociosa, se houve falha de comunicação, na semana retrasada, quando foi alterada a banda

cambial ou a faixa de flutuação do real diante do dólar. O essencial é que, como fez Arida, o governo explicita da melhor forma possível a sua política para evitar no futuro situações atabalhoadas de mercado, que vêm a calhar para os aproveitadores.

Como está na lembrança de todos, travou-se no Brasil, logo em seguida à crise mexicana, um bom e saudável debate sobre as medidas que o País deveria tomar, não tendo em vista o futuro imediato, já que o estado da economia está longe de ser caótico, mas para resguardar-se quanto a obstáculos que poderiam surgir mais adiante. Está claro que o governo agiu preventivamente, considerando o aquecimento da economia, a possibilidade de déficits sucessivos na balança comercial e seus efeitos sobre o balanço em transações correntes. Depois de dias tensos, estabeleceu-se uma faixa de variação do real em relação ao dólar entre R\$ 0,88 e R\$ 0,93 e, como o BC tem dado provas cabais, a disposição do

Voto de confiança

governo é defender a moeda dentro desse espectro sempre que contra ela surjam ataques especulativos. Lógico, mudanças podem ocorrer ao longo do tempo, mas não em razão de boatos e de suspeições quanto à lisura dos integrantes da equipe econômica.

Como seria de esperar, Arida rechaçou com veemência insinuações de que, na alteração das faixas de variação do câmbio, tenha havido vazamento de informações em proveito de instituições financeiras, sem indicação, pelo menos, de quais seriam elas. Tem razão o presidente do BC quando afirma que tais insinuações só concorrem para a desestabilização da economia, ao afetar a credibilidade do governo. E das denúncias levianas não há nenhuma evidência, como comprovam a auditoria interna e as verificações levadas a efeito pelo BC, bem como as estatísticas levantadas.

É evidente que, sendo os mercados im perfeitos, abusos de natureza especulativa

podem ocorrer, cabendo à autoridade monetária puni-los. Mais do que isso, porém, o BC tem de aperfeiçoar constantemente a sua maneira de operar, até por força da diversificação facilitada pelo avanço tecnológico que vem dando extraordinária dinâmica à movimentação financeira. Para não dar pretexto a movimentos especulativos baseados em supostas ambigüidades, o BC passará a transmitir "on line" os seus comunicados a todas as instituições operadoras, evitando uma precária intermediação da informação. E, embora deva manter o sistema de "dealers", o BC vai ampliar o número de bancos assim credenciados.

Um episódio, portanto, ficou para trás e as lições da experiência foram bem aprendidas. Quanto à política econômica, ela continua orientada pelos princípios rigorosos da estabilização, de modo a possibilitar ao País usufruir do ciclo de desenvolvimento a seu alcance, sem a ameaça de armadilhas cambiais. Explicitamente, depois da exposição de Arida, o Senado deu um voto de confiança ao governo, que o mercado, calmo e racional, referendou.